

CRISES DA EUROPA: CONJUNTURA DE UM PAÍS EM CRISE NUMA EUROPA EM CRISE
Danny Martins Rangel

Resumen Abstract

Para comprender la Europa de hoy es necesario entender la formación de los estados. El territorio que conocemos como Europa fue asolado por los ideales imperiales desde los albores de la civilización, por lo que la caída del absolutismo y la Revolución Francesa comenzó una ola de nacionalismo y la independencia que resultaría en la caída de los imperios coloniales. Es este el contexto en que las ideas federativas existentes en Portugal se forman, después de las ideas de una Federación Ibérica.

El uso de fuentes en toda esta investigación se basa en el uso de periódicos, incluso si un período en curso, así, haciendo un análisis directo del paisaje de la crisis actual, tanto en Portugal como el internacional, en plena crisis europea y en los primeros albores de la crisis portuguesa, justo antes de rescate del FMI. Si se plantea la cuestión de una posible falta de imparcialidad en los medios de comunicación en general, incluso esto puede ser estudiada y comparado con otras fuentes de información.

PALABRAS CLAVES: Europa, Crisis, Portugal, Cambios, Unificación.

To understand today's Europe is necessary to understand the formation of states. The territory we know as Europe was hit by the imperial ideal since the dawn of civilization, so that the fall of absolutism and the French Revolution began a wave of nationalism and independence that would result in the collapse of the colonial empires. This is the context in which existing states Portugal ideas are formed, after the ideas of Iberian Federation.

The use of sources in all this research is based on the use of newspapers, even if a current period, thus making a direct analysis of the landscape of the current crisis, both in Portugal and internationally, in full and in European crisis dawn of the Portuguese crisis just before IMF bailout. If the question of a possible lack of impartiality in the media in general arises, whether this can be studied and compared with other sources of information.

KEYWORDS: Europe, Crisis, Portugal, Changes, Unification.

CRISES DA EUROPA: CONJUNTURA DE UM PAÍS EM CRISE NUMA EUROPA EM CRISE.

Danny Martins Rangel

Introdução - Aconjuntura.

Para entender a Europa de hoje é preciso entender a formação dos Estados. O território que conhecemos como Europa foi atormentado por ideais imperiais desde os primórdios da civilização, portanto quando os absolutismos cairam e a revolução francesa aconteceu, não só os ideais de liberdade e dos direitos do homem surgiram daí, também uma ideia que as nações têm um direito de soberania sem imposição de outros. Os séculos XIX e XX são pejados de vagas de nacionalismos e consequentes independências na queda dos impérios coloniais. A importância dos nacionalismos na União Europeia é vital e já nos debruçaremos sobre isso mais em frente. O papel de Portugal em todo este processo histórico é, na sua essência de existência na estrutura de poder mundial, o mesmo: o de poder periférico.

Na Europa dos anos 20 foi criada uma Sociedade das Nações (SDN) com o objectivo de evitar futuros confrontos, mas revelou ser muito ineficaz a cumprir este compromisso de garantir a paz. O projecto de Pan-Europa de 1923, pensado por Richard Coudernhove-Kalergi, almejava uma federação de Estados democráticos composta por uma assembleia e concelho federal, uma moeda única, união aduaneira, aliança militar e junção de colónias para o seu desenvolvimento e exploração deste mercado de forma estruturada. A realidade colocou então a União Europeia em espera, quando os nacionalismos venceram no século XX e o federalismo pensado e filosofado por grandes pensadores foi sofrendo um atraso forte, culminando com a 2ª Guerra Mundial.

Foi no entanto da 2ª Guerra Mundial que ressurgiu a ideia dos povos europeus unidos no intuito de evitar um novo confronto militar, com isso unificando os Estados sobre os mesmos interesses e objectivos, eliminando possíveis novos imperialismos no continente. Um dos factores mais importantes foi o crescente poder dos EUA no século XX que teve um duplo efeito. Se por um lado o medo de cairem nas mãos influentes e poderosas dos EUA, caso não se unissem e ficassem mais fortes, foi uma motivação, por outro lado a própria acção dos EUA em pressionar à criação de uma Europa mais forte e unida foi vital para esse mesmo arranque. Não foi feito por altruísmo, foi para acalmar os confrontos militares no mundo e com isso providenciar uma estabilidade onde os mercados financeiros americanos pudessem evoluir cada vez mais, além de ser o território onde o comunismo encontrava mentes para influenciar, e era de todo o interesse dos EUA impedir essa propagação (1).

Para Portugal, as ideias federativas são existentes desde o ideal de Federação Ibérica aclamada por Lopes de Mendonça, onde este interpretava Portugal como necessitado de se reposicionar no panorama mundial depois de todas as alterações decorridas no século XIX a nível nacional, mas também internacional, sendo forçado a uma adaptação para prosperar numa nova Europa, e com isso federando-se com Espanha. Segundo este:

"Um conjunto ibérico poderia erguer-se perante a Europa como um baluarte credível e respeitado, subtraindo-se assim, o que era duplamente válido para Portugal, a dependência tutular ou á cobiça imperial da persistente tentação hegemónica das grandes potências. (2)"

Era então uma necessidade de protecção que obrigava a um pensamento de cedência e inclusão em algo maior, mais forte, mas temível. Dentro da ideia de blocos de ligação, continuando com algo existente desde sempre na Europa, alianças entre Estados com interesses comuns. Mais recentemente, e na ideia de Mário Soares, e alguns historiadores, na ideia de que existem blocos de poder na Europa sejam por escolha ou não:

"Num tal ambiente peninsular e europeu é necessário que os dois Estados peninsulares façam um esforço de convergência e definam uma estratégia comum de intervenção na União e nas suas relações com a Ibero-América. A história dos dois Países dá-lhes direito a fazerem-se ouvir. (3)"

A existência de blocos de poder na Europa foi sempre um perigo. Os interesses rivais e blocos de poder fragmentam a Europa que era desejada, uma Europa unificada sobre um único sigilo. Nos primeiros anos deste novo século temos visto as consequências do rumo contemporâneo da Europa, não só no importante rumo económico, mas também social e de integração entre nações, nas suas medidas existentes e positivas, como nos seus obstáculos internos que necessitam de ser colmatados. E nas palavras *"never waste a good crisis"* de Rahm Emanuel, repetidas por Eckhard Lübkemeier (4) embaixador da Alemanha, que seguimos este trabalho. O processo que a EU e os seus países passam reflete-se de uma forma visível e analisável, pelas crises que ambos passam. Desde os primórdios do federalismo discreto entre as nações do continente europeu, que as crises forçam a união, mesmo que também testem e forcem fissuras históricas de identidade. É a adaptação que fundamenta este *"wake up call"* que as crises proporcionam, mostrando desde as fraquezas dos países e da UE e como colmatá-las com esforço. Esta última interessa-nos aqui como objeto de estudo por estar mais perto e inacabada, e revelou as deficiências estruturais da construção da *Euro Zone*, chamando a atenção de todos sobre os efeitos ruinosos do sobre endividamento, da falta de competitividade, da chamada alquimia financeira muito difícil de controlar, e das diferenças por vezes abismais entre nações do mesmo projeto ideológico e internacional que é a União Europeia. Para o presidente do Concelho Europeu Durão-Barroso:

"Economic realities are moving faster than political realities, as we have seen with the global impact of the financial crisis. We need to accept that the increased economic interdependence demands also a more determined and coherent response at the political level. (...) The crisis is a wake-up call, the moment where we recognize that "business as usual" would consign us to a gradual decline, to the second rank of the new global order. (5)"

A economia portuguesa e o seu processo da evolução não pode ser de forma alguma dissociado dos múltiplos processos tanto de integração da União Europeia como na União Económica e Monetária, idealizados e/ou realizados ao longo da história contemporânea.

“However, the EU's remarkable success story has witnessed many setbacks and crises triggered by divisions among members, economic recession or external events. (6)”

Esses processos de integração a vários níveis que são aqui mencionados, são impulsionados por múltiplas crises e resoluções das mesmas, uma conjuntura de causalidade que aqui se procura explicar.

1.- A comunicação social: intérprete da crise.

O uso de fontes para toda a investigação, seja ela de que teor for, é imprescindível. Então quando a proposta para este trabalho foi pensada, o uso de jornais, mesmo que de um período bem actual, surgiu como forma de análise directa do panorama de crise existente tanto em Portugal como no plano internacional. O mês escolhido foi o de Fevereiro de 2011, e jornal o Diário de Notícias. Os jornais, e os *media* no geral, são bons espelhos que refletem o que acontece no mundo, aos mais diversos níveis, e se há a questão de uma possível falta de imparcialidade em alguns casos, no geral até mesmo essa imparcialidade pode ser estudada, ou comparada com outros para perceber um padrão mais completo da realidade.

Os artigos retirados vão desde artigos de opinião das mais diversas personalidades portuguesas, criando uma panóplia diversificada de perspectivas, até artigos de notícia que expressam dados tão importantes para o estudo em questão, ou por fim artigos de estudo, peças importantes por conterem dados importantes estatísticos ou uma ida ao passado na tentativa de perceber como se chegou ao ponto em questão, muito parecido ao que tentaremos fazer aqui.

A estrutura deste ponto no trabalho será temática e não tanto temporal, como a natureza do trabalho pudesse erradamente indicar. Começaremos por perceber esta tendência de fragmentação política que assombra não só Portugal, mas também a União Europeia de hoje, que começa a formular blocos de influência não positivos para uma coesão plena como pensada inicialmente. Seguiremos para o entender o papel de Portugal na economia europeia, onde se encaixa neste complexo sistema de mercados, qual a sua relevância e como se poderá reposicionar mais uma vez. Por último, neste ABC sobre o reflexo da Europa no Portugal actual, tentaremos abordar como neste momento de grave crise internacional, é exigida por muitos uma União Europeia reformulada, para se adaptar às necessidades actuais e não continuar numa possível decomposição, o que seria muito perigoso para toda a União Europeia. Qual reforma? Que soluções existem? Que rumo deve a União Europeia tomar? Seja ele qual for, é necessário percebê-lo e mais importante, implementá-lo.

2.- Crise da Integração Europeia: Identidade e Federativismo.

A crise de que se fala hoje é não só económica, mas em grande parte identitária. É verdade que estes processos geralmente funcionam por arrasto, e que as crises económicas e sociais mesclam-se automaticamente, pois a perda tanto de qualidade de vida como de regalias gera crises sociais e identitárias, principalmente se se começar a olhar Bruxelas sobre uma perspetiva de uma paternidade falsa, um padrasto que nos obriga a medidas que nos incomodam profundamente. É aí que os nacionalismos sobem, até a nível governamental, quando os países receiam perder partes de uma soberania que o federalismo assim obriga.

A problemática que começou com a Grécia está agora instalada por toda a União Europeia, mostrando que tal como uma rede, as tensões de um lado afectam o outro. A UE é tem como meta tornar-se um organismo federal mas que ainda não se denomina como tal. É complexo, como Moravcsik indica, mas a UE possui imensos atributos de um sistema federal, ideia que deixa todas as nações com medo de perda de soberania, o que chamamos de "*fear of power castration*", onde ninguém quer perder poderes. O federalismo é representado como:

"An institutional arrangement in which a public authority is divided between state governments and a central government, where each level of government has some issues on which it makes final decisions and a high federal court adjudicates disputes concerning federalism. (7)"

Lidamos com uma UE pensada, nos dias de hoje, para seguir o caminho do federalismo, mas que lidando com diferentes nacionalidades, tenta fasear essa evolução de forma lenta para ser uma mudança o mais gradual possível. As nações, e os blocos de poder, ponderam a todo o momento os avanços e recuos de uma forma tão lenta que o mercado global não espera e evolui por si mesmo, problemática que está no ADN desta nova crise vivida agora.

"We are no longer living in a world defined by the west and the rest. The so called emerging countries are no more because they have already emerged as new centers of economic and political gravity." (8)

A juntar a tudo isto temos o aumentar de desconfiança entre Estados membros, facto que aumenta com as crises e que danifica os níveis de relação entre capitais nacionais. Este nacionalismo formado pela ideia de crise, onde os países mais fortes formam blocos que colocam medidas austeras aos países periféricos, prejudica o avançar da ideia de união federal. Mas vejamos isto pelo lado positivo: mesmo com a perda de confiança e algumas tensões vividas, as consequências são mais de identidade do que a nível económico. A nível financeiro as nações já entenderam perfeitamente que a União Europeia é agora algo tão grande que é indispensável, entenderam também que o Euro faz parte da estrutura fixa da UE (9) e que a integração tem de prosseguir. Perante o perigo da queda do projecto europeu, os Estados unem-se para formar medidas, procurar soluções, implementar novos planos, fortalecer os pilares visivelmente abalados, percebendo que agora é tarde demais para voltar para trás, que é preciso evoluir. As questões identitárias seguirão as financeiras, pois uma União Europeia forte economicamente é segura na sua identidade, ainda mais se o projeto federal continuar uma evolução empurrada pela crise atual, e essa mesma identidade saia mais forte depois da sua resolução.

2.1.- Causalidades da Integração.

A história da união europeia, e das suas organizações antecessoras, vive das suas crises. E as previsões que ouvimos e lemos hoje sobre a morte da UE não são de todo algo novas. Já em 1982 faziam-se as mesmas previsões sobre a EEC, com jornais e pensadores Euro cépticos a dar os prenúncios de uma morte, um coma profundo, um caminho para o colapso e stagnação eminentes. Em 1985 Jaques Delors foi escolhido como presidente da comissão e lançou para o mundo o mercado único europeu. Mas já antes disso os exemplos existem, de como as

causas das crises são geradas pela necessidade de integração e de como essas mesmas crises surtem efeito em impulsionar a Europa para uma união mais profunda. Desde os anos 1950 com a falha em construir a *European Defense Community* tal como a *European Political Community*, passando para os anos 1970 e 1980 com períodos de retração europeia, perca de dinamismo no processo de integração com as crises profundas do petróleo (uma boa parte das crises depende de situações do mercado das energias), problemas fiscais e oscilações complexas com as taxas de câmbio.

Ainda assim, após analisar esta lista de embates da EU, é preciso reconhecer que saiu sempre mais forte destas crises, ou pelo menos mais motivado.

"European integration seems to follow an 'iron law' to grow out of crises, to weather the storms by creating more momentum rather than by strengthening the defenses. The founding of the European Communities in the 1950s, the Single Market project, the abolition of border controls, the establishment of joint policies and institutions in the fields of foreign policy, security and defense, the introduction of the Euro, the Constitutional Convention and the entry into force of the Lisbon Treaty are visible examples that even though European integration has not been crisis-resistant, it has proven to be crisis-proof. (10)"

Para todas as situações de crise é visível o seguimento de criação de medidas e protocolos para fortalecer o projeto UE. Todas as crises de que aqui falamos (praticamente uma por década) têm a sua fisionomia própria, é certo (mesmo que alguns elementos sejam circulares como a história ensina), e por isso tem aspectos só seus aparentemente resolvidos pelas medidas então criadas. E ao período de estabilidade segue-se uma estagnação própria de quem julga que já resolveu todos os problemas e pode retirar os frutos dessa mesma resolução. A estagnação depois forma outros problemas.

"On various occasions in the 1960s, 1970s (11) and 1980s, ingenious plans were thus devised in order to improve European economic and monetary cooperation: the Barre memoranda in the 1960s; the Werner plan in the early 1970s calling for the creation of an Economic and Monetary Union in three stages, and contributing to the inception of the so-called "snake"; the European monetary system (EMS) from 1979 onwards; as well as various plans suggesting the inception of a parallel currency. (12)"

A evolução e afirmação da UE como um ator internacional de peso não foi um golpe de sorte, um movimento voluntário. As crises externas empurraram o Estados que a compõe para uma rápida reação, no medo de uma dissolução. A unificação monetária, de mercados, o aproximar político possibilitado pela criação dos organismos da união europeia, a continuação de agregação de Estados na procura de integração, a necessidade de estabilização do Euro e os pacotes de ajuda económica aos países em situações de perigo financeiro, ou a criação de defesas militares da EU. Todos estes factores são não mais que contra medidas para consolidar a EU e fortalecer a sua afirmação como forte ator internacional, principalmente numa nova realidade internacional formada por diferentes agentes económicos e políticos que ameaçam a posição hierárquica europeia no mundo.

Por isso a expressão já usada aqui "*never waste a good crisis*" é tão importante. A

crise chama atores e instituições a tomar decisões a uma escala nunca vista, senão nas crises. A criação de mecanismos de ajuda para a Grécia e países em semelhante situação -falamos de 110 biliões iniciais - com um segundo e terceiro pacote. Ajuda para Portugal, Irlanda e quem sabe outras nações mais fortes, como a Espanha que se encontra a níveis de desemprego altíssimos. A criação de um apoio de 750 biliões para toda a zona Euro. Isto é a contra resposta, a "*immediate ad hoc response*".

"The long list of innovations includes the introduction of a European Semester to strengthen ex ante economic policy coordination, the setting up of a stricter 'Stability and Growth Pact III' (SGP III), the establishment of a system of macroeconomic surveillance, the introduction of the so-called Euro Plus Pact aspiring to commit euro-zone countries to closer economic coordination, and, finally, the establishment of a permanent European Stability Mechanism (ESM) with an effective lending capacity of €500 billion from 2013 onwards. (13)"

Muitas destas medidas terão de ser adaptadas muitas vezes até atingirem um nível de integração, para resolverem os problemas. Mas estes exemplos servem para se perceber como a UE cria mecanismos defensivos perante a *euroesclerosis* que vai surgindo em cada década de vida, instrumentos preventivos que motivam a união, depois de promover uma desunião inicial.

Eckhard Lübkemeier, embaixador da Alemanha, deu num discurso público as três razões para a crise atual. Primeiro aponta o sobre endividamento; todos os gastos desmedidos e falta de acumular ganhos para responder a crises e flutuações do mercado. Em segundo lugar, a instabilidade económica dentro da própria Eurozone, mais particularmente entre os blocos de força dos países mais fortes e os países mais fracos com défices altos. Este sistema de funcionamento que recai na estagnação da estabilidade financeira é apenas um problema dormente. Quando o financiamento termina, quando os investidores começam a pedir o retorno, e a inflação impera, o problema um dia dormente estoira numa bolha financeira de instabilidade que percorre todos os Estados membros. A terceira causa é a instabilidade deste mesmo sistema financeiro, que produz algo de chamado "*financial alchemy*", onde se misturam medidas e implementos, esquemas interligados que se tornam muito complicados para controlar, e que quando entram em colapso levam-se uns aos outros abaixo. Tenhamos em atenção que nenhum destes sintomas é único para a Europa. Todos os sistemas financeiros do mundo vivem deste problema, principalmente se tivermos a consciência total de que os sistemas financeiros mundiais estão intimamente interligados, como o colapso dos Lehman Brothers nos EUA mostrou em 2008.

2.2.- O Caso Português.

Diversos problemas internos portugueses levaram o país até à crise, num processo umas vezes longo e noutras vezes crucialmente rápido. Portugal, como qualquer país na Europa de hoje, está dependente dos mercados internacionais para sobreviver, mas como país periférico que é a nível de poder na Europa, está também dependente do que chamados de Fundos Estruturais (14), ou seja, dinheiro dado pela União Europeia aos países em dificuldades para equilibrarem a sua estrutura financeira e entrarem no mesmo padrão de evolução que os mais

países mais fortes. Basicamente a tentativa da UE de padronizar um nível de evolução, visto que uma Europa unida e evoluída são melhor para todos. A entrada de Portugal nas comunidades europeias mudou muito no funcionamento da economia nacional. Mudanças estruturais e profundas, mas também perda progressiva e voluntária de muitos mecanismos de defesa económica contra as crises internacionais. Ganhou com isso entrada no espaço económico europeu, acesso ao mercado livre, a uma moeda mais estável. Não estamos aqui para discutir se a entrada para a união europeia foi ou não benéfica para Portugal, ainda que na opinião de muitos especialistas da matéria, com alguma razão, não houve grande escolha tendo em conta o poder reduzido de Portugal para funcionar sozinho a partir do início do século XX, com um decair financeiro e de influência desde o início do século XIX, com as invasões napoleónicas e perda do Brasil, eventos que mesmo espaçados em diferentes séculos, tem um papel preponderante na explicação dessa escolha quase inevitável. A entrada na UE, tendo em conta as circunstâncias após final da ditadura, foi indispensável a nível de ajuda financeira em 1977, e novamente em 1983, por diversos motivos como por exemplo mais de um milhão de retornados e perda de colónias.

Ver o passado das crises na Europa, durante todo este trabalho, foi importante para chegar a este momento. Portugal, como um Estado pertencente à Europa e as suas organizações, esteve desde cedo influenciado pelas crises europeias. Na crise da década de 70 Portugal, acabado de sair da ditadura em 1974, necessitou da entrada do FMI para fortalecer financeiramente o país, criar condições macroeconómicas para o desenvolvimento e resolver problemas de liquidez. Em 1983 a falta de financiamento era visível e novamente a entrada do FMI permitiu a Portugal criar as condições para a entrada no mercado comum em 1986, no Ato Único Europeu. Estes dois momentos permitiram impulsão da economia portuguesa, uma evolução fora do beco evolucionário que seria se o "orgulhosamente sós" continuasse de forma improvável. Em 1977, dito pelos próprios intervenientes de então, permitiu sair do definhar que a ditadura tinha criado. Em 1983 permitiu criar condições para entrar no mercado comum, entrar na CEE em 1986 e em 1992 ser país integrante da União Europeia.

3.- A tendência de fragmentação política.

Deixando o passado e estudando a crise de hoje, que ainda parece longe de terminar por completo, mesmo que mecanismos de defesa já tenham sido activados. É dado adquirido que Portugal tem problemas internos específicos. As empresas públicas apresentam graves orçamentos deficitários (15) e consomem aproximadamente 10% do orçamento de Estado. Gastos desmedidos por parte do aparelho do Estado, com 308 autarquias e 4.000 freguesias para um país do tamanho de Portugal. Outro problema visível, que advém da crise vivida no mundo e em Portugal, é o desemprego (16). Quando até 2004 a taxa de desemprego portuguesa era de 6.7%, bem abaixo da UE-15 com 8.1%, a crise internacional e a incapacidade de Portugal aguentar o embate internacional foi destructiva para estes números (17). Em Junho de 2011, a taxa de desemprego já ultrapassara os 10%, e hoje os 14, tendo sido um aumento de 8%. Chegamos ao ponto mais importante dos problemas internos, a fragmentação política actual. "*Não temos conversado (...) só na véspera da cimeira.* (18)" Estas palavras de Miguel Relvas, porta-voz do PSD,

em Fevereiro de 2011, são uma prova desta falta de coordenação política para solucionar os problemas do país. Sócrates foi um líder isolado, no PSD, não comunicando o que vai conversar antes das cimeiras europeias, evitando a unidade e providenciando uma aura de secretismo algo amedrontado.

CUADRO 1

Défice ¹⁹	%	
2001	-4.3%	Crise das bolsas tecnológicas
2002	-2.9%	Governo de Durão Barroso e entrada do euro em circulação
2004	-3%	Recessão
2006	-5.9%	1º Governo de Socrates
2007	-2.8%	Crise do Subprime
2008	-2.9%	Colapso do Lehman Brothers
2009	-9.3%	Recessão devido à crise económica e social internacional

Tendo em conta o défice, e as suas flutuações, é preciso perceber que o défice advém também, mas não só, dos crescimentos económico tanto da zona de euro no geral mas também de Portugal. No período 1992-2001, a taxa média anual de crescimento económico na Zona Euro foi de 2,1% e, em Portugal, de 2,9%, o que permitiu ao nosso País convergir para a União Europeia (20). O que o período seguinte mostra são os resultados das medidas dos Pactos de Estabilidade focados numa intensa redução do défice orçamental dos Estados, de forma erradamente rápida e forçada. Foi assim que entre 2002 e 2009, a média das taxas de crescimento na Zona do Euro baixou para 1%, e a de Portugal para apenas 0,4%, num declínio evidente. E segundo o FMI só tende a piorar na próxima temporada. Continuando a abordar as causas externas para a crise de Portugal, dentro das causas da crise actual temos o evoluir dos desequilíbrios mundiais, causa de uma globalização capitalista desenfreada que liberalizou o comércio mundial, deteriorando as economias da União Europeia e de Portugal. A moeda única, que tentava combater as assimetrias das diferentes moedas, também criou problemas aos países periféricos que não tinham economias totalmente consolidadas para suportar o aumento de preços e inflação.

Mas a razão vital para a crise vivida na UE é a fragmentação política, vivida claramente hoje em dia. Aparentemente regressamos, ou talvez nunca tenhamos deixado de estar, a viver numa Europa de blocos de influência, onde países formam acordos bi ou trilaterais para tomar decisões na UE. Os países fortes financeiramente querem ver limitadas ou reduzidas as suas prestações porque acham que as ajudas que providenciam a países mais periféricos financeiramente são injustas, quando esses países beneficiários recebem mais do que pagam, não entendendo que a Europa solidária não é só uma questão de ética, é uma questão de balanço geral. Os países beneficiários fazem parte integrante importante dos mercados que consomem os produtos dos países mais fortes, e que mantém a estrutura financeira da UE estável.

"(...) aceita-se que as regiões ricas tenham de suportar os atrasos das regiões mais

pobres e "pagar" literalmente a sua promoção. O princípio da subsidiariedade constitui o pilar da Política Regional europeia e consiste na aceitação de que as regiões têm de ser solidárias. Após o Tratado de Maastricht, em 1993, que seria criado o chamado Fundo de Coesão, um fundo estrutural exclusivamente dirigido aos países mais periferizados ao nível do desenvolvimento socio-económico (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda)"(21).

Curiosamente são os que estão em crise actualmente, após a implementação de medidas de austeridade. É isto que tem faltado incrementar nas políticas macroeconómicas na zona euro, tomando o caso de Portugal. Entrando na UE e na zona Euro perderam se os instrumentos de intervenção e regulação económica anteriormente existentes com o escudo, coisa obrigatória na UE para controlar os preços. Mas não fez nenhuma medida em resposta que pudesse substituir estes mecanismos perdidos, para ir de encontro ao contexto de integração. Assim afunilaram-se as condições para nações com economias periféricas entrarem em crise mal os mercados internacionais se contraissem.

4.- Portugal na economia europeia.

O papel periférico de Portugal sempre o colocou no fundo da hierarquia na europa, ao nível financeiro e de influência nos mercados. Quando a crise internacional aconteceu Portugal foi dos primeiros a sentir as dores dessa mesma crise, e ainda assim dois países pediram ajuda antes, Grécia e Irlanda. Portugal, sendo o seguinte a cair nas tramas dos mercados especulativos das agências de rating internacional, que parecem dominar a UE e os seus mercados, tem de começar a procurar maneiras de sair da crise, medidas não só internas como na opinião de Merkel que muito aparece nos jornais, Wolfgang Schäuble e Guido Westerwelle: "*o que se passa não é uma crise do euro, mas uma crise da dívida em estados nacionais.*"(22) "É preciso também procurar medidas externas, a Europa têm de se rever para poder estabilizar os todos os Estados.

CUADRO 2

QUADRO III – A variação da Dívida de Portugal ao estrangeiro no período 2006-2009

ANOS	PIB Milhões Euros	Dívida Líquida (PASSIVOS-ACTIVOS) Externa Milhões €	Dívida Bruta (PASSIVOS)) Externa Milhões €	Dívida Líquida Externa % do PIB	Dívida Bruta Externa % do PIB
2006	155.446,0	126.053,4	402.867,4	81,1%	259,2%
2007	163.051,5	150.668,0	449.394,4	92,4%	275,6%
2008	166.435,3	165.194,5	448.623,0	99,3%	269,5%
2009	163.595,4	182.678,3	487.675,7	111,7%	298,1%
Variação 2006-09	+5,2%	+44,9%	+21,1%	+37,7%	+15,0%

FONTE: Boletim Estatístico - Abril de 2010 - Banco de Portugal

Na tabela acima (23), vemos a dívida portuguesa a aumentar a olhos vistos em apenas 3 anos, mostrando como a crise afectou de forma dura os mercados internacionais e com isso abalou o ténue equilíbrio das finanças públicas portuguesas que não soube resolver o problema interno. Algumas medidas são

apresentadas no jornal estudado neste trabalho, como formas de fuga da crise, reforçando a ideia de adaptação. Segundo Medina Carreira e Miguel Beleza, economistas portugueses e antigos ministros das finanças, a redução de autarquias devia ser uma realidade pois são baseadas num sistema já desgastado e com necessidade de actualização. Como estes antigos ministros dizem:

"Portugal tem cerca de 30% de autarquias com menos de dez mil habitantes pelo que as receitas próprias geradas não dão sequer para pagar os vencimentos do presidente e restante executivo. (24)"

Também se tem de aumentar as exportações para territórios fora da Europa, aproveitando novos mercados com capital, como ocaso do mercado árabe ou o africano, em evolução, para dar saída aos produtos nacionais que tem dificuldade de competir na Europa com outros países. Outra situação já abordada é a das empresas públicas deficitárias que consomem 10% do orçamento do Estado e que talvez devam ser extintas ou outras até fundidas, por não conseguirem subsistir como tem existido. Um problema generalizado, não só de Portugal, é a sua alta carga de marcasbancárias nacionais, que com a crise internacional perdem valor e não conseguem competir no mercado, acabando por deteriorar-se. Para alguns especialistas a solução de Portugal passa por ter de se reindustrializar, diminuindo a importação, aumentando a exportação para cobrir a queda de poder de compra interno e criando empregos indispensáveis. No entanto não se vê esforço por quebrar a importação, que continua a criar um rombo financeiro.

No acordo de concertação social assinado em Espanha em Fevereiro de 2011, algumas medidas foram implementadas com o elogio de Merkel, como o aumento da idade da reforma para 67 anos, uma reforma do sistema de pensões ainda que com a garantia e defesa do sistema público de pensões, sustentabilidade das contas públicas a longo prazo. Portugal deveria seguir o mesmo rumo ou o seu? Para João César das Neves, o pedido de ajuda devia ter acontecido quando o défice aumentou abruptamente em 2009, para que os mercados não tivessem tido tempo de consumir os cofres do Estado, e Portugal nunca conseguiria aguentar depois de ter sido deixado sem apoio pelas forças influências na UE. Era uma questão de tempo antes das agências de rating levarem o país a essa decisão, aumentando os juros cada vez mais e mais, até se ter tornado incomportável (25). Salvo o Euro do pior com apoios ás medidas de Espanha, Portugal ficou sozinho no problema, sendo visto como culpado da sua própria crise e forçando-se a sua queda e pedido de resgate, no intuito de resolver o problema mais rapidamente possível. Portugal entrou num conflito de interesses com a Alemanha, depois de ter dado a sua intenção de que reforçar o fundo Europeu de estabilização financeira FEEF era o ideal para resguardar a queda de mais países periféricos, um conflito que não poderia ganhar por não aguentar a pressão financeira nos cofres do Estado. O reforço do plano de apoio á estabilização financeira está contra as medidas de reforma alemãs que pretendem ser implementadas.

Portugal desce o défice, e mesmo assim os mercados europeus não estão contentes, mostrando que o factor externo europeu depende das medidas europeias para acalmar os mercados e não de medidas internas dos países em crise para que isso aconteça. Se os países forem deixados sozinhos com uma lista de objectivos e não for nada feito a nível de coordenância europeia, é um esforço em

vão, visto que o rating continua a afundar o país. (passar de 9.3 para 6.9 é uma descida num ano de 2.4 pontos percentuais (26)) a reacção de Miguel Beleza, economista, reflete esta conjuntura: *"estes números influenciam mais a opinião pública do que os investidores internacionais. (27)"*

5.- Europa e a reforma exigida.

Neste momento de crise surgem várias correntes de pensamento, para retirar a Europa da crise é necessário reformar a UE, seja de uma maneira ou de outra. O medo acentua na possibilidade de uma subida dos nacionalismos, principalmente por parte dos Estados mais fortes e que se veem a ser empurrados para baixo pelos mais fracos, mas também pelos Estados mais fracos que se sentem despejados de respeito interestadual pelos seus parceiros europeus. Ainda é visível a influência que as medidas internas dos países mais poderosos da Europa tem sobre as políticas da UE. O governo alemão instaura políticas de reforma europeia mais viradas para o centralismo e protecção da economia alemã, no intuito de ganhar eleições internas e apaziguar o povo alemão, com medidas totalmente anti-europeistas, fruto de uma coligação de Merkel com o partido liberal. Para combater este conservadorismo economicista e político que tem adiado a criação do fundo financeiro para ajudar o Euro e com isso continua a afunilar a crise, que continua a colocar os Estados periféricos numa rota de desgraça, com a recessão e todas as consequências sociais que as medidas de austeridade trazem atrás de si, é preciso, como Mário Soares diz:

"Um novo modelo de crescimento orientado pelos valores éticos, pelos direitos humanos e pela justiça social, contra a corrupção, o negocismo e o mito de Deus mercado que invadiu a política e infelizmente alguns políticos desde o colapso do comunismo a nível mundial. (28)"

Mas as vozes importantes pensam de outra forma, como as palavras tanto de Jean-Claude Trichet, presidente do BCE: *"cabe aos países convencerem os mercados"* como de Strauss Kahn do FMI quando diz que *"os mercados não são tudo mas são importantes para resolver a crise da dívida soberana. (29)"* Mas a falada extensão do prazo de pagamento da dívida e diminuição dos juros de 5.3%, talvez redução de parte da dívida, ou como lhe chamam nos média, "reestruturação", mostra que apenas ajuda monetária não ajuda os países em dificuldades dentro da zona Euro como é o caso da Grécia. É preciso mudar o próprio molde da UE para não ser sempre dominado pelos mercados.

O Fundo de Estabilização da UE tem sido alvo de uma reforma mesmo que ainda só pensada pela coligação de Sarkozy e Merkel. Este bloco Alemanha-França quer limites constitucionais ao défice com contrapartidas de Merkel, com novas normas sobre os Estados dentro da UE: limites no défice ou dívida pública; aumento da idade da reforma; maior harmonização fiscal; parar de aumentar os salários em fundamento do aumento da inflação; sanções aos países incumpridores das metas orçamentais previamente definidas para não existirem desfalques financeiros ao orçamento de Estado. As palavras de Durão Barroso expressam bem a opinião contrária a esta desejada reforma:

"Estamos num momento delicado do ponto de vista dos mercados. É necessário que haja vontade de compromisso para chegar a posições comuns e a soluções que

respeitem as competências nacionais, mas com coordenação no âmbito comunitário. (...) A crise mostrou que o que ocorre num país tem impacto sistémico geral sobre a estabilidade do todo. (30)"

É preciso por isso soluções a longo prazo e não a curto prazo. Para Durão Barroso a assembleia de Março é fundamental e "um grande momento para reforçar a coordenação económica da zona Euro (31)" que é o que a UE no geral almeja desde a sua génesis. É preciso, como alguns especialistas comentam, criar linhas de funcionamento entre os Estados membros para que estes funcionem em sintonia e em solidariedade dentro do mercado financeiro que especula o Euro e molda a linha de altos e baixos deste mesmo.

As últimas reuniões do conselho Europeu dão mostras de uma tacalhez de planeamento para o futuro. É necessário procurar para além da solução momentânea, num controlo de danos da crise para minimizar os dados actuais, e pensar sim como resolver o problema que é a estrutura da UE. Para Manuel Maria Carrilho:

"A ideia que só um governo económico da União Europeia pode libertar a Europa da crise duradoura. O problema é que isto não se faz para além de ideias e palavras, não se implementa. (32)"

Esta falta de implementação vêm da teoria de evolução da UE com medidas graduais para proteger os Estados de uma reforma muito forte e muito abrupta, tentando chegar ao aprofundar de uma completa integração europeia. Infelizmente esta evolução lenta não compactua muito bem com os mercados globais, sempre em movimento e evolução, e são estes que ditam as regras hoje em dia, por serem quem comandam as economias mundiais. A governação da UE é hoje uma luta entre as medidas supranacionais e as nacionais.

Conclusão

Já ultrapassamos os obstáculos geográficos na Europa, para obter confluência num continente multiforme, mas os obstáculos identitários e históricos que muitas vezes levam ao extremo opiniões de anti-coesão, são seguidos pelos motivos mais fortes que impedem uma coesão absoluta: A economia e o narcisismo político-nacional. É preciso distinguir a ideia de uma Europa unida de uma Europa unificada. A primeira é a que tem sido implementada e defendida desde os anos 1920-40, onde todos os Estados do continente europeu protegem uma cultura semelhante e uma solidariedade nos interesses mútuos da paz e estabilidade. A unificação da Europa é a que tem sido mais difícil de implementar, com medidas lentas e progressivas, invés de uma reforma sistemática geral. Praticamente todos os Estados combatem para manter a sua soberania total intacta, fazendo cedências pontuais e muito debilitadas, que impede uma coesão total, com cada país na busca dos seus interesses pessoais e com o que mais o beneficia. A crise é forte mas não parece ser necessário clamores do final da União Europeia. É a continuação de uma velha maxima europeia, em que as crises unem os Estados e criam as condições para uma renovação importante, um fortalecimento, não só da UE como dos Estados que a compõe. Prova disso é o programa da Europa 2020, com objetivos promissores, ambiciosos e fruto desta chamada de atenção para os perigos das falhas de integração europeia.

"There is no need to reinvent the EU wheel. European integration was built on a solid foundation: the peaceful unification of the continent, economic prosperity in a single market with a common currency, solidarity among Member States and the abolition of internal borders. (...)Under these circumstances, EU institutions and Member States are challenged to present an appealing rationale legitimizing the Union's future added value. (33)"

O passado recente português é muito importante para entendermos pelo que passamos hoje. O período revolucionário de 1975-75 levantou o pano sobre uma indústria portuguesa totalmente de rastos, e só num ano, sobre um novo prisma político tivemos um aumento de importações de 5.6% para 26.3% (34), ou seja, incomportável. Foi a Europa que ao mesmo tempo ajudou Portugal a sair do seu fosso mas que lhe causou problemas. A CEE ajudou Portugal com apoios financeiros avultados e protocolos assinados para a ajuda estrutural do país. Por duas vezes existiram períodos graves de austeridade onde o FMI teve de proporcionar uma ajuda importante a Portugal, 1978-79 e 1983-84. Onde pretendemos chegar com este ponto é que a evolução do Estado parece depender destes momentos de austeridade, onde num período negativo saem as medidas para um período positivo e melhor que o anterior, funcionando como um agente de impulso às mudanças. Portugal onde antes era um observador da construção da Europa ainda que participando em momentos iniciais de idealismo europeu, tornou-se, depois do 25 de abril de 74, mais do que isso. Europeizou-se novamente, mesmo que restando como um país periférico em dificuldades tendo em conta a sua democracia ainda jovem de 35 anos, onde muito ainda é preciso fazer. Com a ajuda da Europa e os seus ideais sempre constituintes das medidas de reforma do país, Portugal continuará o que sempre foi, europeu.

NOTAS

1. SILVA, 2005: 98.
2. SILVA, 2005: 23.
3. http://www.fmssoares.pt/mario_soares/textos_ms/002/364.pdf (10-12-2013).
4. <http://www.tcd.ie/iiis/assets/doc/Never%20waster%20a%20good%20crisis-26-1-2012.pdf> (10-12-2013).
5. <http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?mo-de=dbl&lang=en&ihmlang=en&lng1=en,en&lng2=bq,cs,da,de,el,en,es,et,fi,fr,hu,it,lt,lv,mt,nl,pl,pt,ro,sk,sl,sv,&val=509103:cs&page=> (10-12-2013).
6. http://www.epc.eu/documents/uploads/pub_1300_strategy_paper.pdf (10-12-2013)
7. http://fas-polisci.rutgers.edu/dkelemen/research/Kelemen_StructureAndDynamicsOfEUFederalism.pdf (10-12-2013).
8. http://www.dublin.diplo.de/contentblob/3400786/Daten/2036847/download_Public_Lecture_Crisis.pdf (10-12-2013).
9. As palavras de Sarkozy, presidente francês: *"The dead of the Euro would be the end of Europe"* e as de Herman Vom Rompuy, presidente do Conselho Europeu:

"we must all work together in order to survive with the eurozone, because if we do not survive with the eurozone, we will not survive with the European Union" expressa bem este semelhante.

10. http://www.epc.eu/documents/uploads/pub_1300_strategy_paper.pdf(10-12-2013).
11. Sem esquecer de referir a criação do Conselho Europeu nos anos 70, local onde o elemento político e o económico se misturam nos objetivos e processos.
12. <http://eprints.lse.ac.uk/43647/1/The%20Euro%20Crisis%20A%20Historical%20Perspective.pdf>(10-12-2013).
13. http://www.epc.eu/documents/uploads/pub_1300_strategy_paper.pdf(10-12-2013).
14. Os objectivos dos Fundos Estruturais são actualmente 3: objectivo 1: Promover o desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas; objectivo 2: Apoiar a reconversão económica e social de áreas com dificuldades estruturais, por exemplo nas áreas de industrialização antiga em sectores em crise; objectivo 3: Adaptar e modernizar as políticas e sistemas de educação e formação e emprego fora das áreas.
15. Dados para 2009: CP com prejuízo de 217.334 milhões de euros, Metropolitano de Lisboa com resultado líquido de 148.592 milhões negativos, a Carris tem prejuízos de 41.5 milhoes, STCP tem 19.5 milhoes de prejuízo, Transtejo com prejuízos de 19.5 milhoes, RTP com prejuízos de 13.8 milhoes. – Diário de Notícias, 1 de Fevereiro de 2011, página 8 do DN política.
16. Debilidades estruturais internas: o baixo nível de instrução e qualificação da mão-de-obra, o fraco nível de produtividade médio face a outros países da UE, uma estrutura industrial vulnerável baseada em baixos salários, a persistência de assimetrias de desenvolvimento entre as várias regiões.
17. CAETANO, 2005: 257.
18. Diário de Notícias, 15 de Fevereiro de 2011, página 30 do DN Bolsa.
19. Diário de Notícias, Fevereiro de 2011.
20. Eugénio Rosa - declínio da União Europeia e de Portugal no mundo actual - www.eugeniorosa.com.
21. FONSECA, 2004: 4.
22. Diário de Notícias, página 55, 10 de fevereiro de 2011.
23. Eugénio Rosa - declínio da União Europeia e de Portugal no mundo actual - www.eugeniorosa.com.
24. Diário de Notícias, página 10 do DN política de Fevereiro de 2011.
25. Juros da dívida Pública: 24/08/2010 a mais de 10 anos - 2.248%. 17/02/2011 a mais de 10 anos - 7.453%. O aumento é enorme.
26. Diário de Notícias, página 6, 22 de Fevereiro de 2011.
27. Diário de Notícias, página 6, 22 de Fevereiro de 2011.

28. Diário de Notícias, página 55, 22 de Fevereiro de 2011.
29. Diário de Notícias, página 33, 21 de Fevereiro de 2011.
30. [http://expresso.sapo.pt/eurocrise-coesao-europeia-e-crucial-no-atual-momento-delicado-dos-mercados-durao-barroso=f631437\(10-12-2013\)](http://expresso.sapo.pt/eurocrise-coesao-europeia-e-crucial-no-atual-momento-delicado-dos-mercados-durao-barroso=f631437(10-12-2013)).
31. Diário de Notícias, página 30 - DN Bolsa, dia 15 de Fevereiro de 2011.
32. Diário de Notícias, página 55, dia 10 de fevereiro de 2011.
33. http://www.epc.eu/documents/uploads/pub_1300_strategy_paper.pdf(10-12-2013).
34. MAGONE, 1998: 139.

BIBLIOGRAFIA

- Diário de Notícias Português: Todo o mês de Fevereiro de 2011.
- BARBOSA, et al. (1998) "O impacto do EURO na economia Portuguesa", Lisboa: Ministério das finanças.
- BATASTIN, Carlo. (2012) Saving Europe: How National Politics Nearly Destroyed the Euro. Washington, DC: Brookings Institution.
- CAETANO, José; e GALEGO, Aurora; e COSTA, Sofia. (2005) "Portugal e o alargamento da União Europeia: alguns impactos sócio-económicos." Análise Social, vol. XL (175), 255-278.
- EUROPEAN Commission. (2009)"Economic Crisis in Europe: Causes, Consequences and Responses." European Economy 7. Luxembourg: European Commission.
- FONSECA, Madalena Pires da. (2004)."A política regional da União Europeia: uma utopia viável?" E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia, n.º 2 Universidade do Porto.
- FONTOURA M., e CRESPO, N. (2004) "Efeitos comerciais do alargamento da UE a leste na economia portuguesa", in M. Fontoura e N. Crespo (orgs.), O Alargamento da União Europeia — Consequências para a Economia Portuguesa, Oeiras, Celta Editora.
- LYNCH, David. (2010) When the Luck of the Irish Ran Out: The World's Most Resilient Country and Its Struggle to Rise Again. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- MAGONE, José. (1998) "A integração europeia e a construção da democracia portuguesa." Departamento de política da Universidade de Hull, Revista Penélope nº 18, Reino Unido 123-63.
- MORAVSCIK, Andrew. (2012) "Europe after the Crisis: How to Sustain a Common Currency." Foreign Affairs 91.3.
- PISANY-FERRY, Jean. (2011) Le réveil des démons: La crise de l'euro et comment nous en sortir. Paris: Fayard.

SILVA, António Martins da. (2010) "História da unificação europeia: a integração comunitária" (1945-2010). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SILVA, António Martins da. (2005) "Portugal e a Europa: distanciamento e reencontro." Viseu: Palimage Editores; CHSC; Coimbra.

ROSA, Eugénio. (2010) "O declínio da União Europeia e de Portugal no mundo actual." www.eugeniorosa.com.

